



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO VIRTUAL

Autos nº 0000404-95.2016.8.24.0600

Ação: Correição Ordinária / Correição Geral Ordinária

Requerente: Corregedoria-Geral da Justiça de Santa Catarina

Requerido: Juízo da Vara Única da comarca de Campo Erê

ATIVIDADE CORREICIONAL

INFORMAÇÕES PRELIMINARES

Número da portaria: 11/2016-CGJ

Período da correição: 2-5-2016 a 4-7-2016

EQUIPE CORREICIONAL

Juíza Corregedora: Simone Boing Guimarães

Assessora Técnica Correicional: Débora Zitta

Assessora Correicional: Veruska Maluf



INTRODUÇÃO

Este relatório tem por objetivo apresentar um diagnóstico sobre o funcionamento da Unidade Jurisdicional após a coleta de dados realizada durante o período da correição.

Dessa forma, busca-se auxiliar e orientar a unidade, a fim de verificar se está cumprindo o padrão mínimo de funcionamento exigido pelo Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça.

Cumprindo as disposições contidas na Circular CGJ/SC n. 189/2015 e na portaria que consta dos autos digitais do processo CGJ epigrafado, realizou-se a correição virtual a seguir relatada.

Com a finalidade de captar os dados referentes aos serviços forenses judiciais, no que tange aos registros e tramitação processual, foram utilizados relatórios próprios, extraídos do Programa Inspeção Virtual, do Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – SAJ, SAJ Estatística, dos sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Creche - Cuida.

A verificação da observância do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e de outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça deu-se por meio da emissão dos relatórios mencionados anteriormente.



DADOS DA UNIDADE

Comarca: Campo Erê

Unidade: Vara Única

Municípios integrantes: Saltinho, Santa Terezinha do Progresso, São Bernardino e Campo Erê.

Juiz titular: João Bastos Nazareno dos Anjos.

Chefe de cartório: Flávio Gaiari Vivi.

Última correição por equipe da CGJ/SC: 9-9-2013 a 8-11-2013. Autos n. 0012378-37.2013.8.24.0600 (Correição Virtual).

Entrância: Inicial.

Observações:



1 INFORMAÇÕES DO CARTÓRIO

1.1 ESTATÍSTICA PROCESSUAL - Processos físicos + eletrônicos

	Indicador	Valor
1.1.1	Processos em andamento + procedimentos em andamento	2.864
1.1.2	Processos em andamento	2.527
1.1.3	Procedimentos em andamento	337
1.1.4	Observações	
a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara). Mês de referência junho de 2016.		
b) Destaca-se que do total de processos em tramitação na unidade, 322 referem-se a processos de Execução Fiscal, 207 referem-se a processos do Juizado Especial Cível e 193 referem-se a processos do Juizado Especial Criminal.		

1.2 ESTATÍSTICA PROCESSUAL – Processos eletrônicos

	Indicador	Valor
1.2.1	Processos em andamento + procedimentos em andamento	2.663
1.2.2	Processos em andamento	2.329
1.2.3	Procedimentos em andamento	334
1.2.4	Observações	
a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara). Mês de referência junho de 2016.		

1.3 ESTATÍSTICA PROCESSUAL – Processos conclusos

	Indicador	Eletrônicos	Físicos	Total
1.3.1	Quantidade total de processos com o juiz	150	15	165
1.3.1.1	Observação			
a) Informações obtidas em 3-8-2016 (fl. 73).				

1.4 ESTATÍSTICA PROCESSUAL – Processos distribuídos

	Período	Total	Média mensal
1.4.1	Janeiro a dezembro de 2014	2.602	217
1.4.2	Janeiro a dezembro de 2015	2.615	218
1.4.3	Janeiro a junho de 2016	1.265	211
1.4.4	Observações		
a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Totalizador de Distribuições), referente ao corrente ano e aos dois últimos anos anteriores ao da realização da correição.			



1.5 FILAS DE TRABALHO – Processos e documentos eletrônicos

	Indicador		Valor
1.5.1	Processos nas filas de trabalho há mais de 100 dias		175
Cível – Genérico – Processo			
1.5.1.1	Ag. Audiência	3	
1.5.1.2	Ag. Prazo	86	
1.5.1.3	Análise do Cartório – Trânsito em Julgado	2	
1.5.1.4	Escrivão	4	
1.5.1.5	SIDEJUD – Ag. Expedir Alvará	8	
Criminal – Genérico – Processo			
1.5.1.6	Ag. Encerramento do Ato	2	
1.5.1.7	Ag. Prazo	2	
1.5.1.8	Remetidos à Delegacia de Polícia	19	
1.5.1.9	SIDEJUD – Ag. Expedir Alvará	4	
Execução Fiscal – Processos			
1.5.1.10	Ag. Análise Cartório – Citação	11	
1.5.1.11	Ag. Encerramento do Ato	1	
1.5.1.12	Análise do Cartório – Trânsito em Julgado	11	
Execução Penal – Processo			
1.5.1.13	Benefícios Suspensos	1	
Família – Processo			
1.5.1.14	Ag. Prazo	9	
1.5.1.15	Análise do Cartório – Trânsito em Julgado	1	
1.5.1.16	BacenJud – Bloquear Valor	1	
Juizado Especial Cível – Processo			
1.5.1.17	Ag. Audiência	1	
Juizado Especial Criminal – Processo			
1.5.1.18	Ag. Audiência	4	
1.5.1.19	Ag. Prazo	1	
1.5.1.20	Remetidos à Delegacia de Polícia	4	



1.5.2	Observações
	<p>a) Informações obtidas em 3-8-2016.</p> <p>b) Na data de 4-8-2016 foi verificado o fluxo de trabalho dos processos eletrônicos e foram analisadas as seguintes filas:</p> <p>b.1) Ag. Análise do Cartório: existem 233 processos na fila. O mais antigo data de 12-4-2016.</p> <p>b.2) Ag. Análise – Recursos: não existem processos na fila.</p> <p>b.3) Cumprir urgente: existem 18 processos na fila. O mais antigo data de 21-7-2016.</p> <p>b.4) Recebido do Juiz.</p> <p>Recebido do Juiz – Despacho: existem 91 processos na fila. O mais antigo data de 11-7-2016.</p> <p>Recebido do Juiz – Decisão: não existem processos na fila.</p> <p>Recebido do Juiz – Sentença: existem 10 processos na fila. O mais antigo data de 18-7-2016.</p> <p>b.5) Escrivão: existem 32 processos na fila. O mais antigo data de 2-5-2016.</p> <p>b.6) Ag. Audiência e Cumprir Audiência: constatou-se a existência, respectivamente, de 3 e 0 processos com audiências já realizadas ou sem designação de audiência.</p> <p>b.7) Arquivado Definitivamente: foram analisados 5 processos (n. 0000026-57.2016.8.24.0013, n. 0000024-87.2016.8.24.0013, n. 0000623-26.2016.8.24.0013, n. 0300083-02.2016.8.24.0013 e n. 0000325-34.2016.8.24.0013), por amostragem. Verificou-se que em todos há decisão determinando o arquivamento, e apenas o último processo tem certidão do art. 327 CNECJ (Provimento n. 1/2016 – CGJ e Resolução n. 33/2015 - TJ).</p> <p>b.8) Processo Suspenso: foram analisados 5 processos (n. [REDACTED], n. 0500089-30.2013.8.24.0013, n. [REDACTED], n. 0001392-10.2011.8.24.0013 e n. 0000517-11.2009.8.24.0013), por amostragem. Verificou-se que em todos há decisão determinando a suspensão do feito.</p> <p>Fila Petição intermediária</p> <p>b.9) Ag. Análise – Juntada Automática: existem 78 petições pendentes de análise e andamento, sendo a data mais antiga 23-7-2016.</p> <p>b.10) Ag. Análise – Petições Diversas: existem 44 petições pendentes de juntada e andamento, sendo a data mais antiga 7-4-2015.</p>



1.6 PROCESSOS AGUARDANDO IMPULSO

MOVIMENTAÇÃO/SENTENÇA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.1	Processos sem movimento há mais de 180 dias	O relatório não deve trazer registro	296	48
1.6.1.1	Percentual de processos sem movimentação há mais de 180 dias em relação ao total de processos em andamento na unidade.		9,53%	1,68%
1.6.1.2	Observações	a) Primeira verificação: mês de referência março de 2016 (fls. 14 e 15). b) Segunda verificação: mês de referência junho de 2016 (fls. 60 e 61). c) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara).		
	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.2	Processos de perda e/ou suspensão do poder familiar com tramitação há mais de 120 dias – art. 163, ECA	O relatório não deve trazer registro	8	11
1.6.3	Processos ativos sem vinculação de assunto (tabelas processuais unificadas).		66	12
1.6.4	Audiências com situação “pendente” há mais de 30 dias.		65	1
1.6.5	Meta 2 – identificar e julgar até 31-12-2016, pelo menos 80% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2012 e 100% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2013, nos Juizados Especiais.		31	15
1.6.6	Meta 4 – identificar e julgar até 31-12-2016, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31 de dezembro de 2013.		4	8
1.6.7	Meta 6 – identificar e julgar até 31-12-2016, as ações coletivas distribuídas até 31-12-2013.		0	0
1.6.8	Observações	a) Primeira verificação em 25 e 26-4-2016 (fls. 16-20). a.1) Itens 1.6.5 a 1.6.7: dados do mês de dezembro de 2015, extraídos do site desta Corregedoria (http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm). As planilhas indicam a quantidade total de processos distribuídos até o ano referido em cada Meta do CNJ. b) Segunda verificação em 3 e 4-8-2016 (fls. 62-66). b.1) Itens 1.6.5 a 1.6.7: dados do mês de maio de 2016 extraídos do site desta Corregedoria (http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm). As planilhas indicam a quantidade total de processos distribuídos até o ano referido em cada Meta do CNJ.		



PENDÊNCIAS

1.6.9	Pendências em aberto (período de pesquisa: 1-1-1900 a 31-3-2016)	O relatório deve trazer os registros efetivamente pendentes	Primeira verificação	Segunda verificação
	Petição intermediária		389	305
	Peticionamento eletrônico		39	34
	Mandados		5	4
AR	35	33		
1.6.9.1	Observações			
a) Primeira verificação em 25-4-2016 (fl. 22).				
b) Segunda verificação em 3-8-2016 (fl. 67).				

MANDADOS

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.10	Mandados em carga com oficial de justiça há mais de 30 dias	O relatório não deve trazer registros	122	139
1.6.10.1	Observações			
a) Primeira verificação em 25-4-2016 (fls. 23-25).				
b) Segunda verificação em 3-8-2016 (fls. 68-71).				

PROCESSOS ELETRÔNICOS EM OUTROS SETORES

	Indicador	Valor			
		Primeira verificação		Segunda verificação	
		Total	+100d	Total	+100d
1.6.11	Outros setores (listar os setores encontrados com processos)				
1.6.11.1	Contadoria	157	20	61	0
1.6.11.2	Contadoria – Custas Finais	0	0	1	0
1.6.11.3	Distribuição	2	0	0	0
1.6.11.4	Ministério Público	120	1	49	0
1.6.11.5	Petição Inicial – Ag. Digitalização	3	2	3	0
1.6.11.6	Serviço Social	2	0	9	0
1.6.11.7	Observações				
a) Primeira verificação em 25-4-2016 (fl. 26).					
b) Segunda verificação em 3-8-2016 (fl. 72).					



PROCESSOS FÍSICOS EM CARGA

	Indicador	Valor			
		Primeira verificação		Segunda verificação	
1.6.12	Quantidade total de processos em carga	188		66	
	Local	Total	+100d	Total	+100d
	Cargas internas				
1.6.12.1	Juiz (João Bastos Nazareno dos Anjos – titular)	10	2	15	0
1.6.12.2	Juíza (Sirlene Daniela Puhl)	4	1	0	0
1.6.12.3	Ministério Público	0	0	4	0
	Cargas externas - Terceiros sem acesso ao SAJ				
1.6.12.4	Advogado	150	138	41	27
1.6.12.5	Distrito Policial	1	1	1	1
1.6.12.6	Perito	5	5	5	0
1.6.12.7	Procuradoria	18	1	0	0
1.6.12.8	Observações				
a) Primeira verificação: mês de referência março de 2016 (fl. 27).					
b) Segunda verificação: mês de referência junho de 2016 (fl. 73).					
c) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara).					



1.6.13 PROCESSOS COM MESMO LOCAL FÍSICO HÁ MAIS DE 30 DIAS					
	Indicador	Valor			
		Primeira verificação		Segunda verificação	
		Total	+ 30d	Total	+ 30d
	Atendimento				
1.6.13.1	Cartório - recebido do advogado	4	0	1	1
	Remessa/recebimento/relação/certificação				
1.6.13.2	Cartório – aguardando	2	2	0	0
1.6.13.3	Cartório – aguardando AR	6	0	1	0
1.6.13.4	Cartório – aguardando carta precatória	17	17	4	3
1.6.13.5	Cartório – aguardando confecção de relação	30	8	26	0
1.6.13.6	Cartório – aguardando mandado	15	14	3	2
1.6.13.7	Cartório – aguardando publicação de relação	13	13	11	9
1.6.13.8	Cartório – arquivar	0	0	0	0
1.6.13.9	Cartório – escaninho da delegacia	0	0	0	0
1.6.13.10	Cartório – escaninho do advogado	0	0	0	0
1.6.13.11	Cartório – escaninho do juiz	6	2	3	1
1.6.13.12	Cartório – escaninho do juiz (assinaturas)	0	0	0	0
1.6.13.13	Cartório – escaninho do promotor	9	1	0	0
1.6.13.14	Cartório – recebido do juiz	0	0	0	0
1.6.13.15	Cartório – recebido do promotor	0	0	0	0
1.6.13.16	Cartório – recebido do contador	0	0	0	0
1.6.13.17	Cartório – prazo 1 a 31	31	29	46	22
1.6.13.18	Cartório – mesa do escrivão	0	0	1	0
1.6.13.19	Cartório – mesa do escrivão (assinaturas)	0	0	1	1
1.6.13.20	Cartório – mesa 01 a 10	8	0	0	0
	Expedição/cumprimento				
1.6.13.21	Cartório – cumprir despacho	0	0	0	0
1.6.13.22	Cartório – cumprir despacho urgente	6	1	12	1
1.6.13.23	Cartório – expedir alvará	7	3	12	0
1.6.13.24	Cartório – expedir correspondência	0	0	1	0
1.6.13.25	Cartório – expedir edital	0	0	0	0
1.6.13.26	Cartório – expedir formal	0	0	0	0
1.6.13.27	Cartório – expedir mandado	0	0	0	0
1.6.13.28	Cartório – expedir precatória	0	0	0	0
	Organização/juntada				
1.6.13.29	Cartório – aguardando juntada	1	1	0	0
1.6.13.30	Cartório – aguardando petição	0	0	0	0
1.6.13.31	Cartório – aguardando resposta de ofício	0	0	0	0
1.6.13.32	Observações				
	a) Primeira verificação em 25-4-2016 (fls. 28 e 29).				
	b) Segunda verificação em 3-8-2016 (fls. 74 e 75).				
	c) Dados coletados do relatório de processos ativos por unidade, mediante filtro do "local fisico" e "data do local fisico".				



1.7 REGISTROS CRIMINAIS

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.7.1	Acompanhamento de infrações penais - apresentação em aberto há mais de 30 dias.	O relatório não deve trazer registro	740	82
1.7.2	Acompanhamento de infrações penais - prestação em aberto há mais de 30 dias.		474	21
1.7.3	Acompanhamento de infrações penais - prestação pecuniária em aberto há mais de 30 dias.		288	5
1.7.4	Acompanhamento de infrações penais - multa penal em aberto há mais de 30 dias.		0	0
1.7.5	Acompanhamento de infrações penais - medida de segurança em aberto há mais de 30 dias.		0	0
1.7.6	Mandados de prisão em aberto com erros		11	11
1.7.7	Processos criminais com sentença condenatória sem a criação de PEC	O relatório não deve trazer registro de ação penal com sentença condenatória transitada em julgado sem PEC	115	115
1.7.8	Observações			
a) Primeira verificação em 25-4-2016 (fls. 30-36).				
b) Segunda verificação em 3-8-2016 (fls. 76-84).				

1.7.9	Réu preso	Provisório	O relatório deve conter os acusados presos em razão de prisões processuais e os apenados em regime aberto. Somente conterá os apenados com condenação definitiva (transitada em julgado) que estejam cumprindo pena em estabelecimentos penais da comarca. A quantidade de presos das unidades prisionais locais deve coincidir com o número informado no Cadastro Nacional de Inspeções em Estabelecimentos Penais	15	14
		Definitivo		35	40
1.7.9.1	Réu preso - total			50	54
1.7.9.2	Observações				
a) Primeira verificação em 25-4-2016 (fls. 37-39).					
b) Segunda verificação em 3-8-2016 (fls. 85-87).					



1.7.13	Observações
a)	Primeira verificação em 25-4-2016 (fls. 40-42). [Redacted]
b)	Segunda verificação em 3-8-2016 (fls. 88-90). [Redacted]



1.8 SISTEMAS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.8.1	Sistema Nacional de Bens Apreendidos – SNBA	Os bens devem ser cadastrados pelo servidor até o último dia útil do mês seguinte ao da distribuição do processo ou do procedimento criminal em que houve a apreensão. Os bens devem ser atualizados sempre que as informações nele contidas forem alteradas nos autos do processo ou do procedimento criminal em tramitação.	Parcialmente alimentado	Parcialmente alimentado
1.8.2	Sistema Nacional de Controle de Interceptações – SNCI	As informações devem ser alimentadas pelo Magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido	Parcialmente alimentado	Parcialmente alimentado
1.8.3	Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais – CNIEP	As informações devem ser alimentadas pelo Magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido	Não se aplica	Não se aplica
1.8.4	Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI	As informações devem ser alimentadas mensalmente pelo Magistrado, que deverá indicar somente as alterações, inclusões e exclusões, processadas após o trânsito em julgado da sentença condenatória	Alimentado	Alimentado
1.8.5	Observações	<p>a) Primeira verificação em 26-4-2016 (fls. 43-44).</p> <p>a.1) Item 1.8.1 (Sistema Nacional de Bens Apreendidos): verificou-se que há 313 bens cadastrados no SAJ, com a situação “apreendido/sob custódia”, vinculados a processos em andamento (Em grau de recurso; Não altera a situação; Suspenso; Em andamento). Quanto aos bens cadastrados no SNBA, 368 estão com a situação “a definir” (fl. 45).</p> <p>a.2) Item 1.8.2 (Sistema Nacional de Controle de Interceptações): mês faltante: julho de 2009 (fl. 46).</p> <p>a.3) Item 1.8.3 (Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais): não há estabelecimentos penais registrados.</p> <p>a.4) Item 1.8.4 (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade). A consulta ao SAJ foi dividida em três classes: 1 - Ação Civil Pública, 28 - Ação Popular e 328 – Ação de Improbidade Administrativa. Dentre as classes processuais especificadas acima, a pesquisa no SAJ apontou que não existem processos passíveis de inclusão no CNCIAI do CNJ.</p> <p>b) Segunda verificação em 4-8-2016 (fls. 91 e 92).</p> <p>b.1) Item 1.8.1 (Sistema Nacional de Bens Apreendidos): verificou-se que há 318 bens cadastrados no SAJ, com a situação “apreendido/sob custódia”. Quanto aos registros de bens cadastrados no SNBA, 456 estão com a situação “a definir”. Em consulta ao SAJ, por amostragem nos processos n. 0001110-64.2014.8.24.0013, n. 0000830-25.2016.8.24.0013, n. 0000629-67.2015.8.24.0013, n. 0001604-26.2014.8.24.0013, n. [REDACTED], verificou-se que apenas o primeiro</p>		



processo não foi cadastrado no SNBA.

b.2) Item 1.8.2 (Sistema Nacional de Controle de Interceptações): mês faltante: junho de 2016 (fl. 92).

b.3) Item 1.8.3 (Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais): não há estabelecimentos penais registrados.

b.4) Item 1.8.4 (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade). A consulta ao SAJ foi dividida em três classes: 1 - Ação Civil Pública, 28 - Ação Popular e 328 - Ação de Improbidade Administrativa. Dentre as classes processuais especificadas acima, a pesquisa no SAJ apontou que não existem processos passíveis de inclusão no CNCIAI do CNJ.



1.9 CADASTRO ÚNICO INFORMATIZADO DE ADOÇÃO E ABRIGO - CUIDA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.9.1	Cadastro único informatizado de adoção e abrigo - abrigos (relatório de visita às entidades de acolhimento)	As informações devem ser alimentadas mensalmente pelo Magistrado (envio do relatório de visita mensal), de acordo com o art. 6º da Resolução Conjunta n. 08/2009-GP/CGJ e art. 409 do CNCJGJ.	Parcialmente alimentado	Parcialmente alimentado
1.9.1.1	Observações			
	a) Primeira verificação em 26-4-2016 (fls. 47-49). a.1) Existem 2 programas institucionais de acolhimento e/ou programa(s) de acolhimento familiar cadastrados no sistema (Casa Lar – Campo Erê e Programa Família Acolhedora Saltinho). O primeiro não está sendo atualizado e no segundo não existem crianças acolhidas. b) Segunda verificação em 4-8-2016 (fls. 93-96). b.1) Existem 2 programas institucionais de acolhimento e/ou programa(s) de acolhimento familiar cadastrados no sistema (Casa Lar – Campo Erê e Programa Família Acolhedora Saltinho). O primeiro, apesar de estar atualizado, não foram juntados os relatórios de visitas mensais do magistrado, conforme o art. 409 do CNCJGJ; no segundo, não existem crianças acolhidas.			



CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

Os trabalhos da correição iniciaram-se na data mencionada nas informações preliminares, de forma remota, pela Corregedoria-Geral da Justiça.

Na primeira verificação foram consultados e emitidos diversos relatórios por meio do programa de Inspeção Virtual, Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – SAJ, SAJ Estatística, Sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Ceja - Cuida, os quais foram enviados à unidade por correio eletrônico, juntamente com as instruções para a realização dos ajustes.

Foi concedido o prazo de sessenta dias, a partir do recebimento dos relatórios e das instruções, para que a unidade efetuasse as correções dos registros apontados, período em que a Corregedoria-Geral da Justiça permaneceu à disposição para dirimir dúvidas.

Decorrido o prazo inicial para a regularização dos registros, procedeu-se à segunda verificação, com os mesmos parâmetros da primeira, cujos dados permitiram a finalização do presente relatório.

Outrossim, deverá o relatório, sem os anexos, ser arquivado na pasta/livro de visitas e correições da unidade.

À consideração de Vossa Excelência.

Florianópolis, 5 de agosto de 2016.

Débora Zitta
Assessora Técnica Correicional – Mat. 5.701

Veruska Maluf
Assessora Correicional – Mat. 17.068